

[163]

O DIREITO DOS ADULTOS À EDUCAÇÃO

Bravo Nico

Universidade de Évora

Introdução

Às vezes, nós queremos aprender e não nos deixam aprender. É exactamente desse aspecto da aprendizagem que eu hoje aqui vos venho falar um pouco, para que possamos pensar naquilo que é, hoje, o direito à educação. O direito à educação, à aprendizagem, a educação é um direito humano consagrado na Carta das Nações Unidas e é, também, um direito que está inscrito (como um direito fundamental) na Constituição da República Portuguesa. Está aí bem explícito que é um direito de todos os cidadãos portugueses, independentemente de qualquer da sua circunstância etária, territorial, ocupacional, religiosa ou qualquer outra.

Ou nós acreditamos nisto e então comportamo-nos como cidadãos e como responsáveis de instituições no sentido de garantir a todos os cidadãos o exercício, em quantidade e qualidade adequadas, do direito à educação; ou nós não acreditamos nisto e então entendemos que este é um direito menor de cidadania. Eu penso que todos os que estamos aqui, pela nossa ocupação, pelo nosso ideal e por aquilo que nós dizemos e fazemos todos os dias, somos daqueles, muitos felizmente, que entendemos que o direito à educação é um direito de plena cidadania e que deve ser exercido por todos os cidadãos, desde que nascem até ao momento em que morrem.

Vou falar um pouco do que tem sido a evolução, ao longo da História, deste direito à educação, particularmente da educação dos adultos. Porque a educação dos adultos foi, até muito recentemente, entendida como uma

espécie de segundo direito ou de um direito menos importante, no que diz respeito à educação.

Pensou-se sempre muito mais na educação dos jovens, na questão da escolaridade obrigatória, da escolaridade básica, dos ciclos iniciais de formação e entendeu-se, sempre, durante muito tempo, que a educação dos menos jovens, dos mais adultos, seria qualquer coisa de complementar e que não teria a mesma dignidade e a mesma importância que a educação dos mais jovens. Hoje, o entendimento não é esse, felizmente.

Vou tentar fazer uma breve descrição do que foi a história da educação de adultos para que também possamos ter uma ideia do ponto em que estamos neste momento no que diz respeito àquilo que nos une a todos que é de facto a educação das pessoas todas, ao longo de toda a sua vida.

1.ª Conferência Internacional sobre Educação de Adultos | Elseneur (1949)

A 1.ª Conferência Internacional sobre Educação de Adultos ocorreu em 1949, já lá vão quase 60 anos, na Dinamarca, numa terra que se chama Elseneur. Aqui, pela primeira vez e de uma maneira integrada e subscrita pela generalidade dos países do mundo, reconheceu-se a necessidade e importância da educação dos adultos.

Até aí, a educação era muito centrada na educação dos jovens, das crianças e, pela primeira vez, os países que

subscreveram esta Declaração da Conferência Internacional de Elseneur na Dinamarca, entenderam que era fundamental encarar a educação de adultos como algo de muito importante e necessário para a cidadania de cada um dos cidadãos do mundo. Aqui, houve uma ligação, pela primeira vez, da Educação de Adultos – até aí, muito virada para o movimento de desenvolvimento do mundo rural, das pequenas comunidades e as questões da alfabetização dos adultos – à qualificação profissional, à formação profissional, fazendo com que a educação dos adultos fosse, nesta altura, entendida como um instrumento muito importante para permitir o aumento da competitividade, o aumento da empregabilidade, o aumento das qualificações das pessoas que trabalhavam para que elas pudessem ser mais produtivas e, dessa maneira, se pudesse produzir mais riqueza.

Este conceito de Educação de Adultos ainda hoje está muito presente no nosso contexto, não só nacional, mas também internacional. Ainda hoje se pensa muito esta matriz de formação de adultos muito relacionada com as questões da produtividade, da qualificação dos activos, da economia, das empresas e isso é um pouco redutor porque, se isso é muito importante, não é tudo aquilo que diz respeito à Educação dos Adultos.

Houve também o reconhecimento que havia a necessidade de estudar e trabalhar este novo campo da educação, que era a educação de pessoas que já não estavam na escola ou que nunca tinham estado na escola, mas que tinham direito, também, passe a redundância, a esse direito à educação e a exercê-lo em plenitude. Estamos em 1949, há cerca de 60 anos, quando, pela primeira vez, há um pensamento, planetário, organizado e coerente e integrado acerca da Educação de Adultos.

2.ª Conferência Internacional sobre Educação de Adultos | Montreal (1960)

Em 1960 no Canadá, em Montreal, ocorreu a 2.ª Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos. Aí, assumiu-se a Educação dos Adultos em plano de igualdade com a outra educação mais tradicional. Pela primeira vez, a generalidade dos países mais desenvolvidos do mundo assume

este segmento da população como um segmento que tem exactamente o mesmo direito à educação que tem o segmento jovem. As políticas educacionais da generalidade dos países mais desenvolvidos a partir desta Conferência de Montreal no Canadá começam a integrar a Educação de Adultos nos seus sistemas formais de ensino. Isto faz com que alguns estados assumam, definitivamente, a Educação de Adultos como uma componente tão importante quanto as outras componentes da formação profissional ou da educação dos jovens e das crianças, nos seus sistemas educativos públicos.

Assim, a Educação de Adultos, em 1960, pelo menos no papel, deixa de ser uma espécie de apêndice que existia nos sistemas formativos e educativos e começa a ser parte integrante da generalidade dos sistemas educativos dos países mais desenvolvidos.

3.ª Conferência Internacional sobre Educação de Adultos | Tóquio (1972)

Em Tóquio, em 1972, na 3.ª Conferência Internacional, a Educação de Adultos adquire aquilo que hoje é conhecido como o conceito de Educação Permanente. Isto é importante porque nos dá uma perspectiva de que a educação deve acontecer para todas as pessoas – que era já um dado adquirido – e ao longo de toda a sua vida. Este é um conceito relativamente novo nesta altura. Significa que os sistemas educativos devem ser pensados e devem estar organizados no sentido de garantir ao cidadão, ao longo de toda a sua vida, a oportunidade de aprender, formalmente, em sistemas formais que sejam organizados, regulados e certificados pelo Estado.

Surge aqui este conceito de Educação Permanente que é um conceito que vem também até aos nossos dias e que está muito presente nas matrizes das organizações que mais trabalham nas questões de Educação de Adultos.

A escola aqui é também uma questão que acho extraordinariamente importante. A formação das crianças e dos jovens começa a não ser a formação única e terminal, aquela que dá a qualificação para toda a vida e começa a ser encarada como uma qualificação que deve preparar as pessoas para que elas possam aprender ao longo de toda a sua

vida. Começa-se a ter consciência disso, quando as pessoas começam a reconhecer que os conhecimentos e as competências que adquirem nos sistemas formais de ensino, nos primeiros momentos da sua vida, durante a escolaridade básica ou durante uma licenciatura, um curso médio, um curso profissional, são conhecimentos e competências que não vão durar uma vida inteira pela rápida evolução tecnológica das sociedades contemporâneas.

Grande parte dos conhecimentos que se adquirem no momento inicial da formação ficarão obsoletos ao longo do tempo e não é mais possível que um operário, um médico, um pedreiro, um carpinteiro, um professor, qualquer profissional, aprenda aquilo que tem de aprender até aos 20/25 anos e depois nunca mais aprenda ao longo da sua vida porque isso já se sabe, não vai ser suficiente para que ele fique sempre com a sua capacidade máxima disponível para exercer, com qualidade e satisfação própria, a sua profissão, o seu ofício.

Os sistemas educativos devem reorganizar-se no sentido de preparar os cidadãos, enquanto jovens, para adquirirem uma nova competência que é a competência de aprenderem ao longo de toda a sua vida e de retirarem disso benefícios, pessoal e profissionalmente, e retirarem daí uma palavra e um sentimento que, para mim, me dizem muito e que é o prazer, o gosto de aprender, a alegria que eu quando cheguei aqui senti de estar no meio de pessoas que têm felicidade enquanto aprendem, porque isso é o principal de tudo, porque essa felicidade depois transmite-se também ao nosso exercício profissional, ao nosso exercício como pais, como mães, como cidadãos, como responsáveis cívicos e institucionais. E é fundamental que as pessoas tenham esta capacidade de gostar de aprender e a adquiram muito precocemente na escola.

Também, nesta Conferência, no Japão, há um aspecto que eu também aqui relevo pela importância que, para mim, tem a ver com considerarmos todas as pessoas. Não só as pessoas das gerações que neste momento estão no activo, das pessoas jovens, dos adultos jovens, mas também os direitos daqueles que já deixaram de estar no activo, mas que continuam a ser cidadãos exactamente com os mesmos direitos dos outros para os quais o direito à

educação contínua e deve continuar activo, não só pela questão que aqui já foi referida de manutenção da sua saúde – porque a aprendizagem é, como vimos, um dos melhores remédios preventivos para muitas doenças que afectam os sistemas neurológicos e hoje isso está muito estudado e muito comprovado – mas também porque a aprendizagem é uma coisa fundamental para que um cidadão mantenha activa e na sua máxima plenitude a sua cidadania, a sua capacidade de intervir e de participar na vida social e cívica da sua cidade, da sua terra e do seu país e, com isso, exercer a sua liberdade em democracia e em consciência. E isto é uma coisa que só acaba quando se morre. Ser-se livre e ser participante activo na vida das nossas terras e do nosso país é uma competência de que ninguém se deve demitir e que só termina quando as pessoas, de facto, morrem.

4.ª Conferência Internacional sobre Educação de Adultos | Paris (1985)

Em Paris, na 4.ª Conferência, em 1985, a Educação Permanente nesta lógica que eu vos acabei de explicar, tende a desaparecer enquanto conceito porque se começa a construir uma nova representação da palavra educação. A educação começa a ser a educação toda, para todas as pessoas, ao longo de toda a sua vida e não tem sentido falar de educação e educação permanente. O próprio conceito de educação integra esta perspectiva de toda a vida, de todas as pessoas, de todas as diferenças, de todos os sítios, inclusivamente as pessoas que não tiveram acesso aos sistemas formais de ensino quando eram jovens.

Em Paris, também se defende uma coisa muito importante que hoje está muito presente aqui no nosso país, nas actividades que se fazem de educação de adultos e de educação comunitária e que é a consideração, pela primeira vez, dos ambientes formais e não formais de educação, particularmente os ambientes que têm a ver com a formação profissional, os ambientes que têm a ver com a educação comunitária, com as escolas, como aquelas que estão aqui, as Universidades Seniores, as Escolas Comunitárias ou as escolas que estão presentes nas empresas nos centros de formação das empresas, nas escolas de música das bandas filarmónicas,

nas escolas de teatro amador. Tudo o que é ambiente de aprendizagem deve ser considerado como um instrumento de construção de aprendizagem, de construção de conhecimentos e de competências e deve ser considerado nos sistemas formais de educação.

Por último, o direito a aprender, o tal direito à educação, o tal direito a aprender, na Conferência de Paris, ganha uma nova latitude e eu trago aqui e vou ler o que é em Paris em 1985 o direito a aprender. É o direito a ler e a escrever, que era um direito muito antigo e que em Portugal foi o direito que demorou e ainda demora muitos anos a ser exercido com a quantidade de pessoas que nós gostaríamos.

Ainda hoje, em Portugal, a taxa de analfabetismo é imensa em certas regiões do nosso país, particularmente nesta onde nós estamos aqui. Em 2001, a taxa de analfabetismo do Alentejo era de cerca de 17% e se nós retirássemos Évora, Beja e Portalegre destas contas, a taxa ia para lá dos 20%.

Em 2001, havia freguesias no nosso país, no Alentejo, onde a taxa de analfabetismo era superior a 50% da população. Para termos uma ideia do país que ainda somos, em 2001, havia mais analfabetos no nosso país do que licenciados. Este direito a aprender, na sua mínima expressão de direito a saber ler e a saber escrever, ainda hoje, para muitos dos nossos concidadãos, é um direito negado. Em Paris, para lá deste direito mínimo, já se falava do direito a imaginar e a criar, o direito a ler o seu mundo e a escrever a sua história.

Hoje quem trabalha nos Centros “Novas Oportunidades” sabe o que é escrever uma história, a história da sua vida e com essa história da sua vida muitas vezes as pessoas identificam e exteriorizam as suas competências e os seus conhecimentos, Essas competências e esses conhecimentos são certificados academicamente e é-lhes dada uma equivalência formal a nível de escolaridade.

No fundo, trata-se do direito a aceder aos recursos educativos, o direito a aperfeiçoar as competências individuais e colectivas. E este é o direito de aprender que em 1985 na Declaração de Paris é assumido pela generalidade dos países do nosso planeta.

5.ª Conferência Internacional sobre Educação de Adultos | Hamburgo (1997)

A última Conferência ocorreu em Hamburgo, em 1997. Aqui, a Educação de Adultos incorpora tudo aquilo que existe em termos de aprendizagem, todos os processos de aprendizagem, formais ou não formais, nos quais as pessoas adultas desenvolvem as suas capacidades, constroem os seus conhecimentos, enriquecem esses mesmos conhecimentos e melhoram as suas qualificações técnicas e profissionais e isto compreende exactamente tudo. Hoje, nesta história muito breve que aqui tentei sintetizar, o nosso país está exactamente aqui: a Educação de Adultos era, até há muito pouco tempo, uma questão complementar e muitas vezes fora dos sistemas formais de ensino.

Defendo que a Educação de Adultos também deve existir um pouco fora do sistema formal de ensino para que não seja capturada por uma lógica trituradora das máquinas educativas formais. Hoje existem inúmeras possibilidades destes ambientes não formais de aprendizagem, nas Escolas Comunitárias, nas Universidades Seniores, nos Centros de Formação das Empresas, nas escolas de música, nas escolas de teatro, nas associações juvenis, nas Associações de Desenvolvimento Local. Todos estes ambientes de aprendizagem podem contribuir para o conjunto de conhecimentos das pessoas e estas podem apresentá-lo e virem-no certificado, validado e ser-lhe dada equivalência académica. Esta é uma espécie de justiça social que está a ser feita a milhares e milhares de portugueses que quando eram jovens nunca tiveram uma oportunidade de facto de exercer o seu direito à educação.

Por exemplo, em Arraiolos, a Escola Pública, tem um Centro “Novas Oportunidades” e aquela, se as contas não me falham, tem hoje mais estudantes adultos inscritos que jovens. Para terem uma ideia da dimensão do que está hoje a passar, a Escola de Arraiolos tem mais adultos inscritos do que jovens e esses adultos estão hoje a exercer o seu direito à educação com a qualidade que os professores da Escola de Arraiolos dão ao trabalho que fazem com os seus jovens. Este é um paradigma completamente novo e significa que Portugal, pela primeira vez, tenta incorporar, no sistema formal

de ensino, aquilo que são as aprendizagens que os adultos fizeram fora da Escola dando-lhes dignidade e uma certificação formal.

Educação de Adultos e Sociedade Civil

Permitam-me que fale, agora, um pouco de mim e da minha actividade, não como responsável político ou institucional, mas como cidadão. Eu vivo em São Miguel de Machede que é uma freguesia aqui próxima de Arraiolos, pertencente ao concelho de Évora. É uma freguesia rural, onde um sempre vivi e onde continuarei a viver. Em São Miguel de Machede, faz agora exactamente dez anos, entendemos que deveríamos assumir um pouco a nossa responsabilidade na educação e na formação dos nossos concidadãos e criámos a Escola Comunitária de São Miguel de Machede que pertence à Suão - Associação de Desenvolvimento Comunitário (Suão que é o nome de um vento muito quente e seco que vem do norte de África). Nessa Escola Comunitária, tentamos materializar aquilo que era a consequência da Declaração de Hamburgo e que eu aqui vos apresentei.

Hoje a educação é um instrumento do quê? Para quê? A favor do quê? Mais do que sabemos, como é que aprendemos? Com que técnicas aprendemos? Com que modelos de aprendizagem aprendemos? Com que dispositivos aprendemos? A pergunta mais importante hoje, para mim, é saber a favor do que é que nós estamos quando aprendemos, quando nos qualificamos e quando organizamos, enquanto responsáveis, ambientes para que as pessoas se possam qualificar.

Acho que a educação deve responder a esta pergunta e que nós temos a responsabilidade de nos organizarmos, enquanto cidadãos, enquanto sociedade civil, para nos qualificarmos e, dessa forma, nos tornarmos mais críticos, mais conscientes, mais interventivos, mais participativos e mais exigentes para com aqueles que nos representam e para que também nós próprios possamos assumir essa representação, quando somos chamados a essa responsabilidade.

Nós queremos que a nossa democracia seja cada vez mais forte, mais participada, com mais qualidade. O único instrumento que existe para fortalecer essa democracia é a educação das pessoas, todas, ao longo da sua vida, a favor da democracia, a favor da igualdade e da equidade.

A educação foi sempre um instrumento de construção de igualdade entre as pessoas e a Escola Pública, inscrita na matriz da Revolução Francesa, foi sempre, sempre assumida pelos ideais republicanos como uma Escola para todos: a escola do mais rico e do mais pobre; a escola do urbano e do rural; a escola que garante a todos igualdade no acesso ao conhecimento e no acesso à cultura. Esta é a matriz da escola pública e a educação que aí acontece deve ter em vista a construção dessa igualdade de oportunidades. As crianças de São Miguel de Machede, para mim, devem ter exactamente as mesmas oportunidades de se qualificarem do que as crianças de Cascais, de Arraiolos, do Porto, da Madeira ou de outro lado qualquer do meu país. Garantir o exercício deste direito não cabe apenas ao Estado. Cabe-me, também, a mim, que sou de São Miguel de Machede, dar o meu contributo para que os jovens da minha terra possam aceder à melhor oportunidade possível para se qualificarem. É também minha responsabilidade enquanto cidadão de São Miguel de Machede e de vocês, enquanto cidadãos das vossas localidades.

Direito à Educação

A favor do que é que deve ser a educação?

i) a favor do direito de todos os grupos, do direito dos jovens, do direito dos adultos que estão no activo, do direito dos adultos que estão no activo e que não estão a trabalhar, do direito das pessoas que já estão aposentadas e que continuam activas e querem dar um contributo e querem receber também esse contributo dos mais jovens.

ii) a favor do direito das mulheres, uma classe sempre penalizada no acesso e no sucesso no sistema educativo,

iii) a favor do direito das minorias. Já se falou aqui das etnias, mas também podemos falar das minorias que hoje existem no nosso país. No Alentejo temos grandes manchas de pessoas que, não sendo do Alentejo, devem ter exactamente os mesmos direitos que nós temos. Também nos sítios mais urbanos existem grandes comunidades de minorias que vêm de outros países. Nós queremos que essas pessoas sejam felizes no nosso país porque queremos que eles vivam cá, que participem connosco na construção do nosso país. Para isso, temos de lhes garantir, entre outros direitos, o direito à educação deles e dos seus filhos.

iv) a favor do direito ao emprego. Não se trata de uma educação refém da empregabilidade, mas todos sabemos que a qualificação aumenta a probabilidade de encontrar um emprego e, uma vez encontrado esse emprego, a probabilidade é proporcional à qualificação que se tem. A melhor maneira de combater o desemprego e de prevenir o emprego de baixo salário, é qualificar as pessoas. Sabemos que nem todos os jovens qualificados têm emprego adequado às expectativas que têm, mas todos temos uma certeza, um jovem que não tenha o 9.º ano ou que tenha apenas o 9.º ano, dificilmente terá um emprego que seja um emprego bem remunerado e nós hoje temos essa responsabilidade de passar esta mensagem aos nossos jovens.

v) a favor da saúde. Já falámos aqui das questões da saúde e sabemos como a educação pode promover ambientes onde as pessoas previnam determinadas doenças e patologias de índole neurológicas que afectam grandemente a sua saúde. Uma educação a favor da saúde, no sentido de os cidadãos adquirirem comportamentos que possam criar estilos de vida saudáveis.

vi) a favor da solidariedade e da cooperação. Aqui, permitam-me que termine com uma história. Na minha terra tínhamos um problema, os jovens que transitavam do 4.º ano para o 5.º ano de escolaridade, saíam de São Miguel de Machede e iam para Évora e vocês (alguns que são de pequenas comunidades rurais como eu sou) sabem o que é sair da nossa escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico (a nossa Escola Primária) e ir para uma cidade capital de distrito. Tínhamos um

problema, aí. O problema não é ir para lá. O problema é que eles reprovavam quase todos no 5.º ano de escolaridade e isso era um problema muito grave, porque era uma questão de insucesso escolar que nós tínhamos, persistente e com taxas elevadíssimas. Então, um dia, na nossa Escola Comunitária, reunimos e pensámos o que é que nós podemos fazer para resolver o problema: o nosso problema. Sim, o nosso problema, porque a Ministra da Educação nem sabe que nós existimos e mesmo que saiba, não quer saber de nós porque não pode, pois tem milhões de coisas em que pensar antes de pensar em nós. Portanto, tínhamos um problema: o nosso problema. Pensou-se e chamámos os jovens porque eles eram parte activa do problema e eles têm ideias tal e qual como nós temos. Da discussão que houve, numa noite, saiu uma solução possível para o nosso problema: a nossa solução. Chamou-se Gabinete do Desenrascanço Estudantil. E o que é o Gabinete do Desenrascanço Estudantil que ainda hoje está a funcionar, até ao final deste mês de Junho? É um espaço em que dezassete jovens, que são quase todos os que nós temos, se encontram às 3.ª e à 5.ª feiras, ao fim da tarde, princípio da noite, que é quando eles regressam de Évora. E temos lá os jovens todos: os jovens que estão na Universidade, os que frequentam o Ensino Secundário e os que frequentam o Ensino Básico. O que fizemos, tecnicamente, chama-se Mentorado, e que consiste numa ajuda de jovens a jovens. Os jovens universitários e de secundário apoiam os jovens do ensino básico e tomam conta deles e dão-lhes explicações e apoio. A Associação e

a Escola Comunitária fornecem-lhes fotocópias, computador, Internet, biblioteca, material escolar, uma

bolsinha de estudo muito pequenina e nas férias, como recompensa, oferecemos acampamentos, viagens e visitas de estudo e também algum trabalho comunitário que é aquilo que eles fazem para pagar o investimento que a comunidade está a fazer neles próprios. Quem coordena isto tudo é uma jovem qualificada, uma licenciada que ainda não encontrou emprego, mas a quem nós conseguimos pagar uma pequena bolsa. Resultado disto tudo: eles trabalham quatro horas por semana, apoiam-se uns aos outros. Os mais velhos apoiam os mais novos. Quando os mais velhos têm dificuldades, nós, adultos apoiamos os mais velhos e o resultado disto tudo foi o seguinte: o ano passado nós tínhamos onze jovens envolvidos no Gabinete de Desenrascanço Estudantil e não reprovou nenhum. Este ano, temos dezassete jovens no Gabinete de Desenrascanço Estudantil e, pelas nossas perspectivas, também não irá reprovou nenhum jovem. A taxa de insucesso escolar, em São Miguel de Machede, concelho de Évora, é zero. Quem é que resolveu o problema? Nós, mais particularmente os jovens.

Esta é a última mensagem que vos trago. Esta, para mim, é a verdadeira Educação dos Adultos: a Educação Comunitária, com a qual construímos, as nossas competências para que a nossa comunidade consiga fazer face aos nossos problemas.

É acabar, de uma vez por todas, com a conjugação dos verbos da nossa vida na terceira pessoa do plural - *"Eles é que são os culpados, eles é que têm que resolver o problema, eles é que não fazem as coisas, eles é que não investem em nós"*, acabar com isso e começar a conjugar os verbos da vida na primeira pessoa do plural - Nós. *Os nossos problemas, as nossas potencialidades, os nossos recursos, as nossas pessoas, a nossa vontade, a nossa solidariedade, a nossa cooperação, a nossa solução, a nossa vida, a nossa terra.* E isto é educação a favor de nós, a favor de cada um de nós, do mais pequenino, que está no pré-escolar, do que ainda não nasceu e que nós queremos que viva melhor do que nós, até àquele que já tem uma idade muito avançada, mas que, por isso mesmo, tem exactamente o mesmo direito a tudo: desde a saúde, à educação, à solidariedade, à habitação, à actividade produtiva.

Nós temos essa possibilidade de grande parte dos problemas poderem ser resolvidos pelos nossos próprios meios. Não é que fiquemos independentes do Estado. O Estado deve manter as suas responsabilidades. No entanto, a primeira responsabilidade é nossa e nós temos que a assumir. A educação é o grande instrumento para nós assumirmos, de maneira consciente, essa capacidade, individual e colectiva, de resolvermos os nossos problemas, de cooperarmos uns com os outros e, principalmente, de, com isso tudo, sermos um bocadinho mais felizes.

Muito Obrigado pela vossa atenção!